

O buraco negro nas finanças do Buriti

EXPEDICTO QUINTAS
Especial para o CORREIO

Enquanto o Governo Federal, com mão de gato, valeu-se do dispositivo constitucional, inscrito na atual Carta Magna, durante a votação da lei orçamentária para 1988, em meados de outubro último, aumentando para cerca de Cz\$ 4,667 trilhões a sua proposta original de Cz\$ 3,361 trilhões, o Distrito Federal, sem qualquer patrocínio, manteve-se nos mesmos níveis propostos originalmente. Ficou nos Cz\$ 44,7 bilhões iniciais, sem que uma iniciativa formal ajustasse em mais 60% — a exemplo do que ocorreu com a União — os níveis orçamentários para 1988.

A rigor, o GDF deveria ter o seu orçamento modificado para Cz\$ 71,6 bilhões, ainda durante a votação pelo Senado Federal. A abulia do Governo e a omissão da Bancada Federal, no entanto, deixaram as coisas correrem ao sabor do imponderável, acarretando para a Capital da República renovadas dificuldades para o seu gerenciamento financeiro, durante o presente exercício fiscal. Em que pese o aumento substancial da receita própria do DF, comparando-se 1987 com as estimativas para 88, num montante de 144,54% e, mais ainda, do crescimento das transferências correntes da União para o DF, no mesmo quadro comparativo — 204,38% — ainda assim deveria ter havido um reajuste durante a apreciação pelo Senado do orçamento do GDF para 1988.

A Bancada do DF, porém, não está preocupada com as finanças do Distrito Federal, preferindo cuidar tão-só da autonomia política, sem se dar conta de que tudo não passará de uma deslavada mistificação caso não se estabeleça a autonomia financeira para administrar a Capital da República e suas cidades-satélites. E por isso ninguém se preocupou em levantar dados objetivos, verificando corretamente as necessidades efetivas para uma administração independente, confiável e voltada para os problemas coletivos e não apenas para a clientela eleitoral. O orçamento proposto entrou e saiu do Congresso Nacional sem qualquer intermediação parlamentar ou executiva para viabilizá-lo em sua realização que está ocorrendo dentro de um quadro de extrema dificuldade.

Veja-se o exemplo do recuo a que se obrigou o GDF diante da política de subsídios ao transporte coletivo, baixando para níveis mínimos a contribuição para atender a esse programa de inequívoca dimensão social. Esse recuo está se dando, praticamente, em todas as rubricas, muito embora as projeções

transpostas para 1988, para as despesas previstas, ampliassem em 590,31% os níveis financeiros de um ano para o outro. De uma previsão de Cz\$ 7,085 bilhões ampliou-se para Cz\$ 541,826 bilhões. A realização orçamentária, todavia, furo por inteiro as estimativas dos técnicos da Secretaria de Finanças. Em termos de receita situou-se ao redor de Cz\$ 15 bilhões. Vale dizer que entre os gastos de 87 e os de 88 vai uma diferença de 278%. Esse, pelo menos, é o registro da atual lei de meios do DF.

Ocorre que os níveis inflacionários previstos para o corrente exercício são da ordem de 600%, havendo, conseqüentemente, um buraco negro de cerca de Cz\$ 50 bilhões, ampliando multiplicadamente as dificuldades do Palácio do Buriti, para manter em dia os compromissos de custeio e de capital de Brasília.

Ainda bem que a queda do subsídio ao trigo propiciou uma arrecadação maior por força do ICM sobre as partidas daquele cereal importadas. Mesmo assim os recursos não irão sobrar, desde que o aumento dos custos das obras e serviços, em geral, anularam essa vantagem auferida pelo DF. Para o futuro, ao serem completados os dispositivos à Constituição esse ingresso na receita própria local poderá ser contestado em sua validade. Trata-se de uma rubrica questionada por numerosos tesouros estaduais em sua justeza fiscal.

O fato incontroverso revela um Distrito Federal levado a uma situação crítica, com sua receita própria — menos de 30% das despesas — totalmente incapaz para fazer frente aos crescentes gastos para manter em funcionamento normal o poder público em sua complexa diversificação, indispensável para dar apoio ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário federais com os acréscimos imposteráveis relativos às representações estrangeiras, instaladas na Capital do País, além dos encargos da administração local, com seus 82 mil servidores, das exigências e usos da população candanga.

Finalmente uma justificativa para a expressão "mão de gato", em relação à União que foi ao Parlamento para modificar a sua proposta. Para os gastos de pessoal a proposta inicial do Executivo foi de Cz\$ 550 bilhões. Esse total cresceu para Cz\$ 714 bilhões, que somados a mais Cz\$ 171,4 bilhões acrescidos à reserva de contingência elevaram para Cz\$ 885 bilhões os recursos para pessoal e encargos sociais, ganhando, assim, 160,9%, sobre a proposta e 288,2% sobre os mesmos gastos de 1987.

CORREIO BRAZILEIRO

12 MAI 1988